

# (IN)SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DOS REASSENTAMENTOS MARIANA E OLERICULTORES – PORTO NACIONAL - TO - BRASIL

## *(UN) SUSTAINABILITY OF SOCIOECONOMIC RESETTLEMENTS OF MARIANA AND OLERICULTORES - PORTO NACIONAL - TO - BRAZIL*

**Marcelo Lopes Justino**

Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivos e Faculdade de Palmas – TO – Brasil

**Temis Gomes Parente**

Universidade Federal do Tocantins – TO – Brasil

---

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a (in)sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores no município de Porto Nacional/TO criados em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, situada na região central do Estado do Tocantins. A análise foi construída nas seis dimensões de sustentabilidade de Sachs (2000), sendo elas social, econômica, ecológica, espacial, cultural e política. Para tanto pesquisamos a documentação referente aos compromissos da empreendedora em relação aos reassentados, assim como a documentação que avaliou todo o processo. As entrevistas realizadas com os reassentados foram imprescindíveis para a constatação de que as definições de sustentabilidade prevista na documentação oficial são limitadas. Além disso, muitas ações mitigadas previstas nesses planos não foram concretizadas, impossibilitando dessa forma avanços socioeconômicos para a população reassentada.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, reassentamentos, usinas hidrelétricas.

**Abstract:** This article aims to analyze the (un) sustainability of socioeconomic resettlements of Mariana and Olericultores in the city of Porto Nacional / TO created due to the construction of Luís Eduardo Magalhães Hydroelectric Plant, located in the central state of Tocantins. The analysis was built in six dimensions of sustainability, Sachs (2000), they are social, economic, ecological, spatial, cultural and political. We researched the documentation relating to the entrepreneurial commitments in relation to resettlement, as well as documentation that evaluated the whole process. The interviews with the resettlers were indispensable to the finding that the definitions of sustainability provided in the official documentation are limited; in addition, many actions mitigated under such plans have not been realized, thus preventing socioeconomic advances to resettlers.

**Keywords:** Sustainability, sustainable development, resettlement areas, hydroelectric plants.

---

## INTRODUÇÃO

A instalação de usinas hidrelétricas de grande porte gera efeitos que ultrapassam os limites de sua abrangência, atingindo e alterando estruturas até então existentes. Os idealizadores desses projetos utilizam o argumento de que estão levando desenvolvimento e sustentabilidade às regiões de locação, pois além de esses projetos produzirem uma energia limpa, contribuem para minimizar as

diferenças regionais. Além do mais, promovem a geração de empregos, melhorias na economia e na vida social da população.

Assim sendo, pressupõe-se que as hidrelétricas possibilitem sustentabilidade às populações atingidas. Dessa forma, este estudo propõe investigar se os recursos recebidos pela indenização da UHE Luís Eduardo Magalhães deram aos atingidos dos reassentamentos Mariana e Olericultores no município de Porto Nacional/TO condições mínimas de sustentabilidade, tais como: condições econômicas, melhorias sociais, políticas ou físico-territoriais ao longo de seus 10 anos de existência (2001-2011).

Vale ressaltar que a sustentabilidade a ser analisada não se resume apenas na preocupação com esgotamento dos recursos naturais que poderão ser necessários a gerações atuais e futuras, mas numa concepção de durabilidade e de garantias econômicas, sociais e políticas segundo defendem (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; SACHS, 2000; SEN, 2000; FRANCO, 1998).

Para a realização deste estudo foi utilizada a história oral com um grupo de quatro reassentados por meio de entrevistas com base na história de vida desses moradores. Dessa forma, por meio dos resultados, concluiu-se que a sustentabilidade prevista na documentação oficial foi muito limitada, assim como ocorreram avanços e retrocessos na sustentabilidade em ambos os reassentamentos.

## METODOLOGIA

Neste trabalho utilizou-se a história oral, pois esta metodologia possibilita ao pesquisador investigar e compreender as mudanças a partir do olhar daqueles que participaram, envolveram e vivenciaram um determinado contexto, contribuindo para que o investigador tenha uma visão integrada das transformações (ALBERTI, 2005).

Sendo assim, a história oral trouxe a possibilidade de compreender o processo de mudança dos atingidos das margens do rio Tocantins para os reassentamentos Mariana e Olericultores, esclarecendo, dessa forma, a conjuntura social, econômica e política a partir do olhar de quem viveu essa realidade, pois, segundo Alberti:

ela tem relação estreita com categorias como biografias, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados (ALBERTI, 2005, p. 17).

Outra vantagem dessa linha de pesquisa é que ela traz informações que não são encontradas em outros documentos como acontecimentos pouco

esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares e outras.

Assim sendo, realizamos entrevistas baseadas na história de vida dos reassentados, que lhes permitiram falar acerca de sua realidade socioeconômica, desde o momento que tiveram os primeiros contatos com os representantes da empreendedora, passando pela época em que foram reassentados, até os dias atuais.

Para realizar a pesquisa, mantivemos contato com os reassentados que tinham o perfil<sup>1</sup> para nosso trabalho e agendamos os encontros. Todos os entrevistados assinaram um documento autorizando a publicação das entrevistas que contribuíram para a construção deste estudo.

### **Da implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães aos reassentamentos Mariana e Olericultores**

A construção da UHE Luís Eduardo Magalhães iniciou em 1998 e foi concluída em 2001. Está localizada entre os municípios de Lajeado e Miracema no rio Tocantins, a 55 quilômetros da capital, Palmas - TO. O consórcio Investco S/A (em substituição à denominação Consórcio Lajeado) foi o responsável para coordenar e comandar a construção do empreendimento. Tal instituição detém o contrato de concessão para exploração do aproveitamento hidrelétrico pelo prazo de 35 anos (MENESTRINO, 2010).

O reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães abrange uma região de seis municípios: Miracema do Tocantins, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. Todos esses municípios pertencem à Região Central do estado do Tocantins, conhecida também como Grande Entorno de Palmas. A usina é formada por cinco turbinas e tem uma potência instalada de 902,5 MW, com uma área inundada de 630 km<sup>2</sup>, que corresponde ao reservatório da UHE (THEMAG, 1998).

A partir dos estudos de impacto ambiental, organizados por exigências do procedimento de licenciamento ambiental da UHE Luís Eduardo Magalhães, foram

---

<sup>1</sup> Para a entrevista escolhemos os reassentados que tinham abertura para falar de suas particularidades, de suas experiências sociais, enfim de sua história de vida. Observamos também o grau de envolvimento dos reassentados no processo de mudança das margens do rio para o reassentamento até os dias atuais, pois os reassentados mais envolvidos nas negociações poderiam nos trazer mais informações. Inicialmente pensamos em entrevistar seis agricultores do reassentamento Mariana e seis do reassentamento Olericultores, porém no terceiro entrevistado de cada reassentamento as respostas se tornaram repetitivas, questão que nos fez optar por entrevistar apenas três moradores de cada reassentamento em vez de seis como estava previsto. E, para construção deste artigo, utilizamos apenas duas das três entrevistas realizadas em cada reassentamento.

criados “34 PBAs<sup>2</sup> para mitigação e compensação dos efeitos ambientais sobre os meios físicos, bióticos e socioeconômicos” (SILVA JR, 2005, p. 81). Dentre esses, destaca-se o Programa de Remanejamento da População Rural, o PBA nº 23, que engloba a população ribeirinha que praticava a olericultura e vendia sua produção nas feiras populares, público-alvo desta pesquisa.

A implantação do Programa de Reassentamento Rural redundou no reassentamento de 363 famílias nos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré, distribuídos em 12 projetos, sendo eles: Boa sorte em Brejinho de Nazaré; Canto da Serra em Lajeado; Projeto 2000 em Ipueiras; Mundo Novo em Miracema do Tocantins; Brejo Alegre, Córrego da Prata, Flor da Serra, Luzimangues, Mariana, Olericultores, Pinheirópolis Rural e São Francisco de Assis em Porto Nacional (SILVA JR, 2005).

Os lotes em todos reassentamentos foram destinados às famílias de não proprietários (meeiros, ocupantes e trabalhadores) vinculados produtivamente aos vários estabelecimentos rurais inundados pelo reservatório da hidrelétrica, os quais inicialmente receberam lotes no tamanho da fração mínima de parcelamento aplicável à região (4,0 hectares) para o desenvolvimento de atividades produtivas, excetuando-se as áreas de reserva legal<sup>3</sup> e de preservação permanente determinada pelo Código Florestal<sup>4</sup>.

Em se tratando dos olericultores, receberam inicialmente lotes no tamanho de 6,0 hectares, excetuando-se as áreas de reserva legal e de preservação permanente determinada pelo Código Florestal, pois segundo análise feita pelo órgão fiscalizador, esta seria a fração ideal para dar seguimento à atividade olerícula na região (THEMAG, 1998).

---

<sup>2</sup> Os 34 PBAs, Projetos Básicos Ambientais são programas a serem implantados, visando viabilizar as recomendações emitidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que é estudo detalhado sobre os impactos ambientais associados a um dado tipo de empreendimento. Nele encontram-se identificados e avaliados de forma imparcial e meramente técnica os impactos que um determinado projecto poderá causar no ambiente, assim como apresenta medidas mitigadoras. Deveria atender também as recomendações do Relatório de Impactos no Meio Ambiente (RIMA) que é um documento que apresenta os resultados dos estudos técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental; resume o Estudo Prévio de Impacto (EIA) e deve esclarecer todos os elementos do projeto em estudo, de modo compreensível aos leigos, sobretudo aqueles que serão atingidos, para que possam ser divulgados e apreciados pelos grupos sociais interessados e por todas as instituições envolvidas na tomada de decisão. Dessa forma os 34 PBAs deveriam atender às exigências condicionantes fixadas pelo órgão licenciador ao conceder a licença ambiental (SILVA JR., 2005).

<sup>3</sup> Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, ressalvada a de preservação permanente (APP), representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e à proteção da fauna e flora nativas. Deve ser equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total da propriedade. Sua implantação deve compatibilizar a conservação dos recursos naturais e o uso econômico da propriedade. (Lei Estadual 14.309/2002).

<sup>4</sup> O Código Florestal Brasileiro criado em 1934 (Decreto nº 23.793, de 23-01-1934) estabelece limites de uso da propriedade, que deve respeitar a vegetação existente na terra, considerada bem de interesse comum a todos os habitantes do Brasil (AHRENS, 2003).

Sendo assim, com a criação dos reassentamentos em decorrência da construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, dois foram destinados à olericultura, o Mariana e o de Olericultores, reassentamentos que deveriam garantir a sustentabilidade às populações atingidas, assim como possibilitar aos agricultores darem continuidade à olericultura, atividade que exerciam antes da construção do empreendimento. No entanto na prática, o que ocorreu após a implantação do grande projeto foi a insustentabilidade em vários segmentos sociais, culturais e econômicos das populações, e isso será demonstrado mais adiante. Entretanto, faz-se necessário definir, primeiro, o que é sustentabilidade.

### **Do desenvolvimento sustentável à definição de sustentabilidade**

O desenvolvimento sustentável surgiu de uma consciência planetária contrária ao processo de crescimento econômico que tem gerado grande crise ambiental, pois a industrialização desenfreada vem causando a poluição e o uso predatório dos recursos naturais, bem como a política capitalista exacerbada tem gerado a riqueza de uns em detrimento de outros.

As inquietações sobre os problemas ambientais e sociais se tornaram mais evidentes na década de 70 e resultaram na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1972. Essa Conferência trouxe de uma discussão política sobre como as nações desenvolvidas e as nações então subdesenvolvidas negociariam os rumos do crescimento econômico dentro dos parâmetros então vigentes de desenvolvimento industrial capitalista (expansionista). Essa discussão se estendeu por 15 anos. Somente em 1987 é que foi publicado o Relatório Brundtland, resultado desse evento.

O Relatório Brundtland trouxe a lume a possibilidade e a necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental e divulgou o conceito de desenvolvimento sustentável e um conjunto de premissas que desde então tem orientado os debates sobre desenvolvimento e questão ambiental. Esse acontecimento levantou também a importância de tratar o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional que articula os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, evitando os reducionismos do passado (SAMPALHO, 2004).

No decorrer desses acontecimentos, muitos estudiosos pelo mundo intensificaram seus questionamentos sobre desenvolvimento e passaram a apontar novos caminhos que possibilitassem a sustentabilidade das populações de um modo geral, sobretudo as locais.

Sen (2000) foi um desses estudiosos. Em suas análises, evidenciou uma nova visão de desenvolvimento, voltada para a liberdade, que questiona o desenvolvimento econômico, esclarecendo que ele não pode ser um fim em si mesmo e diz que:

uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p. 28-29).

Nesse mesmo sentido Caporal; e Costabeber (2002, p. 2-3) afirmam que “sustentabilidade implica, ademais, uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos”.

É na perspectiva desses autores que se construiu o conceito de sustentabilidade a ser utilizado neste trabalho, sobretudo nos estudos de Sachs (2000), pois este autor reelabora o conceito de desenvolvimento sustentável e desenvolve o que chama de as dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento. São elas: social, econômica, ecológica, espacial, cultural e política.

Essas dimensões estão assim definidas:

**Sustentabilidade social** - tem como objetivo incentivar a redução das diferenças sociais. Considera o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais.

**Sustentabilidade Econômica** - busca a eficiência econômica baseando-se em uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e em um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência deve ser medida, sobretudo, em termos de critérios macrossociais.

**Sustentabilidade Ecológica** - compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.

**Sustentabilidade Espacial** - visa evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo.

**Sustentabilidade Cultural** - significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

**Sustentabilidade Política** - privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.

Como se vê, os estudos de Ignacy Sachs foram relevantes para analisar a sustentabilidade das populações atingidas pela barragem e que foram deslocadas

para os reassentamentos rurais, pois, para ele, o desenvolvimento rural pressupõe a promoção do bem-estar social interligado com os avanços econômicos e a preservação ambiental (SACHS, 2008).

Nesse sentido, entende-se que as populações rurais reassentadas podem encontrar a sustentabilidade num novo formato político que possa promover a democratização social, por meio de ações locais, até nacionais. Os trabalhadores devem trabalhar na exigência de um Estado provedor do bem-estar social, por meio de acesso à saúde, à educação de qualidade e à participação política, que visam instigar a cidadania, bem como promover meios para que as diferentes esferas da sociedade sejam interligadas, numa perspectiva sustentável (SACHS, 2008).

Além do mais, a oferta de terras de qualidade é essencial para a população rural, no caso deste trabalho, os reassentados, pois essa ação contribui para o desenvolvimento local, uma vez que facilita a inserção dos produtores no mercado, favorecendo, dessa forma, condições de produção e consequentemente de consumo pelos agricultores. No entanto, esse consumo deve ser regulado para o desenvolvimento social e ambiental (SACHS, 2008).

O estado democrático de exercício pleno dos direitos e deveres deve estar ao alcance de todos, através da educação voltada para que o cidadão tome conhecimento da existência tanto dos direitos como dos seus deveres. Para isso tornar-se possível, é necessário existir uma harmonia entre políticas públicas e cidadania (SACHS, 2007).

Dessa forma, as discussões levantadas por Sachs (2008; 2007; 2000) evidenciaram o conceito de sustentabilidade que foi empregado na construção desta pesquisa e nos possibilitou definir os segmentos a serem analisados no reassentamento no intuito de reconhecer a (in)sustentabilidade<sup>5</sup> dos reassentados. A partir das leituras desse autor, evidenciaram-se princípios básicos a serem atendidos na população do campo para se chegar à sustentabilidade: saúde, educação, terra de qualidade para produção, abastecimento de água, organização política e base econômica.

### **Programa Básico Ambiental – 23 (PBA/23): um caminho para (in)sustentabilidade**

O PBA/23 de remanejamento rural, elaborado em abril de 1998, era o documento que reconhecia textualmente os impactos que seriam provocados aos

---

<sup>5</sup> O termo (in)sustentabilidade foi uma definição utilizada pelos autores da pesquisa em questão, pelo fato de a análise sobre a sustentabilidade nos reassentamentos Mariana e Olericultores, após 10 (dez) anos de existência, demonstrar que, dentre os segmentos de sustentabilidade analisados (saúde, educação, terra de qualidade, fornecimento de água, organização política e avanços econômicos) não foram evidenciados homogeneamente avanços na sustentabilidade, tendo alguns deles, pelo contrário, caminhado para a insustentabilidade.

moradores das terras existentes na área do futuro reservatório, como custos sociais decorrentes dos “rompimentos de laços sociais, culturais e ambientais, além obviamente de perdas materiais” que obrigavam “os responsáveis pelo empreendimento a oferecerem para essas famílias os meios e instrumentos de recomposição de seu quadro de vida, alterado pela mudança compulsória” (THEMAG, 1998, p. 2).

Conforme estabelecia o PBA/23, o reassentamento coletivo para famílias rurais - que foram os estabelecimentos analisados neste estudo, sendo eles: os reassentamentos Mariana e Olericultores - trazia a definição do tamanho do lote para cada família, a reestruturação dos sistemas produtivos, a ocupação e organização espacial, programas de capacitação e assistência técnica para as famílias compulsoriamente deslocadas (THEMAG, 1998).

Sendo assim, o PBA/23 direcionou a criação dos reassentamentos de maneira planejada e que tivesse um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, abriu grandes possibilidades de avançar na proposta de desenvolvimento defendida por Sachs (2000), pois, segundo esse autor, o desenvolvimento sustentável deve ser implementado por uma metodologia de planejamento, dando condições de aprendizado e participação dos envolvidos.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), órgão oficial de assistência técnica no Estado, por meio de convênio firmado entre empreendedora e Estado em outubro de 2000, tinha o objetivo de prestar atendimento técnico diferenciado aos reassentamentos. Entretanto, este órgão ficou mais nas negociações entre impactados e empreendedora, não assumindo de fato seu verdadeiro papel. Esse desvio de responsabilidade gerou insatisfação entre os reassentados que, diante desse acontecimento, criaram, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e do Ministério Público Estadual, associações comunitárias no intuito de fortalecer a participação do grupo nas negociações junto à empreendedora (SILVA JR., 2005).

Havia também outros problemas como demonstraram as campanhas de monitoramento realizadas pelo Ceulp/Ulbra. A instituição responsável pelo monitoramento, baseada na pesquisa de campo, a cada seis meses demonstrava relatórios sobre a situação nos reassentamentos. Em seus primeiros trabalhos, os problemas econômicos ficaram camuflados pelos benefícios que a empresa responsável pelas negociações proporcionava aos impactados, “pois a empreendedora, além de fornecer cestas básicas, contribuía com insumos e maquinários agrícolas (PARENTE, 2008, p.120). Sendo assim, as primeiras avaliações foram positivas, mas quando cessaram os benefícios, após dois anos de reassentados, uma série de problemas socioeconômicos aflorou-se.

No período de 2000 a 2004, os relatórios provenientes da instituição responsável pelo monitoramento do reassentamento rural, mesmo sendo uma instituição contratada pelo empreendedor, demonstraram uma série de problemas sociais, econômicos e culturais.

Sendo assim, colocaram em risco a sustentabilidade social dos reassentados, pois observaram-se princípios de insustentabilidade nos serviços de saúde, fornecimento de água e nos compromissos da empresa com os reassentados,



questões que correlacionam com a dimensão social que objetiva garantir a todas as pessoas condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna.

Toda a problemática evidenciada pelo monitoramento realizado pelo Ceulp/Ulbra de 2000 a 2002 contribuiu para que MAB, Ministério Público e reassentados buscassem soluções para os problemas. Diante da pressão popular, no segundo semestre de 2002 iniciou-se a elaboração coletiva dos Planos de Desenvolvimento dos Projetos de Reassentamentos (PDPRs) para os reassentamentos. A elaboração desses documentos contou com a participação de representantes da Investico e dos reassentados.

A participação dos remanejados, que havia sido ínfima na fase de planejamento e implantação dos reassentamentos, nesse momento começa a tomar força. Os reassentados passam a discutir junto à equipe e assim apontam problemas, bem como pensam soluções (SILVA JR., 2005).

No entanto, percebe-se a insustentabilidade política no processo inicial de estruturação dos reassentamentos, pois os reassentados só passaram a participar efetivamente das discussões a partir de 2002 com a elaboração do 1º PDPRs, sendo que um projeto planejado de desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de representação política dos atingidos antes mesmo da mudança para os reassentamentos, ainda no período de negociações.

Além do mais, os PDPRs tinham a finalidade de apontar as bases para um modelo produtivo adequado à realidade física e às potencialidades das áreas, considerando as peculiaridades de cada reassentamento e das suas famílias, a partir do levantamento dos problemas e da clara definição das responsabilidades e ações necessárias para a sua solução.

Dessa forma, os PDPRs, assim como o monitoramento realizado pelo Ceulp/Ulbra de 2000 a 2002, evidenciaram insustentabilidade na viabilidade econômica dos reassentamentos, pois, na nova área, os atingidos do reassentamento Olericultores enfrentavam dificuldades com falta de água, o que gerou queda na produção e até perdas completas, enquanto no reassentamento Mariana os produtores sofriam com o excesso de água no período chuvoso, que causava inundação nas plantações e constantes prejuízos, além de alagar estradas e lotes.

Ambos os reassentamentos enfrentavam problemas com a baixa fertilidade do solo. No caso do reassentamento Mariana, essa situação se agravou em função do predomínio de rochas e da susceptibilidade à erosão.

Outro fator que gerava dificuldade nos reassentamentos era a falta de documentação das propriedades dos lotes (questão que impedia o acesso ao crédito para produção).

Na área da saúde foram observados problemas infraestruturais e deficiência no atendimento em ambos os reassentamentos. Ficou evidente a fraca atuação dos poderes públicos dos municípios onde se encontravam inseridos os reassentamentos; faltava atendimento médico e odontológico, havia ausência de

profissionais de enfermagem nos postos de saúde, assim como dificuldades para o trabalho dos agentes de saúde e falta de medicamentos e vacinas.

Com relação à educação, tanto no reassentamento Mariana como em Olericultores, foram observadas deficiências relativas à necessidade de ampliação de vagas nas escolas dos reassentamentos para o ensino básico, falta de professores e de capacitação para os mesmos, problemas relacionados ao transporte e a inexistência de alfabetização para jovens e adultos.

Sendo assim, com a construção dos PDPRs foi possível perceber os caminhos e os descaminhos da sustentabilidade nos anos iniciais dos reassentamentos, pois nota-se uma série de falhas no PBA/23 elaborado para os projetos de reassentamentos rurais. Mas, ao mesmo tempo, esse programa demanda uma série de soluções que serão aplicadas e, além do mais, sensibilizou um grande parceiro que visava corrigir condutas contrárias à lei, o Ministério Público Estadual, que, baseado nos PDPRs, deu início a um Inquérito Civil contra a Investco para que essa instituição cumprisse um conjunto de obrigações com os reassentados, conforme será observado adiante.

### **Termos de Ajustamentos de Conduta (TACs) e percepções dos reassentados: caminhos e descaminhos da sustentabilidade**

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelos Ministérios Públicos, para o ajuste de condutas contrárias à lei. Durante os anos de 2003 e 2004, o Ministério Público do Estado do Tocantins, através da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital e a Promotoria de Justiça e do Juizado Especial Civil, do Meio Ambiente e da Cidadania de Porto Nacional, após interpor Inquérito Civil Conjunto em 2003 contra a Investco S/A determinou 15 (quinze) Termos de Ajustamentos de Condutas (TACs, 2003-2004), estabelecendo uma série de obrigações a serem cumpridas por parte da Investco para com os reassentados.

Os TACs estabeleciam as obrigações para promoção e fiscalização das obras relacionadas à saúde, à educação, à cultura e lazer, às estradas externas e internas, à energia, ao meio ambiente, à água, às áreas comunitárias e à transferência de domínio do sistema viário e dos equipamentos públicos existentes nos Reassentamentos Rurais. Promovia e fiscalizava também as ações coordenadas de Assistência Técnica Especializada e o repasse de recursos para cestas básicas junto às trezentas e dezenove famílias relacionadas no Contrato de Gestão<sup>6</sup>, distribuídas nos reassentamentos rurais originalmente impactados pela formação do reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães. Os TACs também determinaram a complementação da área dos reassentamentos de 3,70 hectares para o módulo de olericultura e de 10,50 hectares para os demais reassentamentos.

---

<sup>6</sup> Contrato de gestão foi o documento criado para definir resumidamente as obrigações da empreendedora para com os reassentados (TAC, 001-2003).

De um modo geral, os TACs (2003-2004) estabeleceram as obrigações voltadas à adequação e à solução das pendências e necessidades identificadas no diagnóstico realizado no âmbito do Plano de Desenvolvimento dos Projetos de Reassentamentos Rurais (PDPR, 2003), face aos remanejamentos involuntários ocasionados pela implantação da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Os TACs determinaram também que o Naturatins seria o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelo empreendedor no termo firmado e deveria encaminhar relatórios mensais, entregues até o dia 20 de cada mês, referentes aos compromissos e às obrigações vencidos até o mês anterior.

Para a construção desta pesquisa, não foram analisadas todas as determinações dos TACs, mas foram selecionadas aquelas que são relevantes para o nosso trabalho como a educação, a saúde, a qualidade do solo, o abastecimento de água destinado à produção, a organização política e a base econômica.

No que se refere à educação, antes do enchimento do reservatório, a população ribeirinha vivia e trabalhava a olericultura nas proximidades de Palmas e Porto Nacional e tinha facilidade de acesso a diversos níveis educacionais. Essa questão a empreendedora deveria garantir com a mudança para os reassentamentos (THEMAG, 1998).

No entanto, o que se viu nos reassentamentos foi a insustentabilidade no processo educacional, pois, no caso do reassentamento Mariana, inicialmente os moradores encontraram problemas em relação ao transporte, tiveram que lutar para consegui-lo. Para isso, foi necessária uma mobilização dos moradores para sua implantação, assim relembra Sr. Anael da Costa, “a questão do transporte quando viemos pra cá, não existia, aí fomos atrás, junto ao Ministério Público para que cobrasse da empreendedora o transporte escolar, um transporte que atendesse a toda comunidade Mariana e região”<sup>7</sup>.

Outra dificuldade encontrada pelos moradores dos reassentamentos Mariana e Olericultores foi a ausência de creches que, na visão dos reassentados, além de desse bem contribuir na educação dos filhos nos primeiros meses de vida, contribuiria no sentido de oferecer maior tempo livre para que as mães pudessem se dedicar mais ao lado dos maridos na lavoura, uma vez que, no reassentamento predomina a agricultura familiar, sendo o trabalho da esposa imprescindível.

Referindo-se ainda à insustentabilidade educacional, percebe-se que nos reassentamentos não foi implantada uma política de prosseguimento dos estudos em grau universitário, pois não foi dado nenhum apoio para que os filhos dos reassentados prosseguissem seus estudos nessa modalidade. Os agricultores alegam que, além do incentivo de cursar um nível superior, deveriam ter oferecido cursos de orientação vocacional voltados à agricultura familiar e à preservação da natureza. Essa vontade transparece na fala do Sr. Getúlio:

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por COSTA, Anael da. **Entrevista 2**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (1:23min.).

eu queria que meu filho tivesse tido a possibilidade de estudar um curso superior e a orientação sobre a importância de fazer um curso que trabalhasse a exploração da natureza sem que a prejudicasse, mas eu não tive meios para isso, nem apoio<sup>8</sup>.

Conforme verificamos, e tendo em vista os estudos de Sachs (2008), a educação andou na contramão da sustentabilidade, pois a educação para a população rural deve possibilitar desenvolverem plenamente suas potencialidades, sendo essencial que as autoridades educacionais desenvolvam métodos educacionais inovadores e valorizem os sistemas de ensino tradicionais, apropriados para as comunidades locais, sobretudo as que vivem nas áreas rurais.

Em se tratando dos TACs (2003-2004), observa-se que muito dos anseios dos moradores dos reassentamentos não foram atendidos. Esses documentos direcionaram a preocupação com a educação referente à infraestrutura, ao transporte dos alunos e em definir se a responsabilidade de garantir tudo isso seria da empreendedora ou dos governos municipais.

Dessa forma, a educação rural deixa de cumprir seu papel social e democrático, pois para haver avanços nesses segmentos faz-se necessário uma educação que supere a arte de apenas ensinar a ler e escrever, sendo relevante a existência de uma educação que transmita conhecimentos e forme cidadãos, incentive o autogoverno dos alunos e transmita a cultura do desenvolvimento sustentável.

Outro ponto determinante para avanços no meio rural está relacionado à saúde, pois saúde e desenvolvimento estão intimamente ligados. Tanto um desenvolvimento insuficiente que conduza à pobreza como um desenvolvimento inadequado que resulte em consumo excessivo, associados a uma população mundial em expansão, podem resultar em sérios problemas para a saúde relacionados ao meio ambiente, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos (CNUMAD, 1992).

Além do mais, a área da saúde também depende de um meio ambiente saudável, amparado por serviços de saneamento e por disponibilidade de um abastecimento seguro de água, alimentos e de uma nutrição adequada.

No entanto, essa não é a realidade dos reassentamentos Mariana e Olericultores, pois a insustentabilidade já fica visível nos primeiros momentos da implantação dos reassentamentos, uma vez que não contaram com a construção de postos de saúde. No caso do primeiro reassentamento, os moradores tinham de deslocar-se aproximadamente 06 km para ser atendidos no povoado São João e, no caso do segundo, tinham que se deslocar para Novo Pinheirópolis a 04 km.

A insatisfação com estrutura da saúde existente na região por parte dos reassentados é elevada, pois reclamam da distância, alegam que o local possui

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Getúlio Vieira dos. **Entrevista 1**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (2:03min.).

apenas o básico, como consultório e o mínimo para fazer um curativo. Eles ainda afirmam que só é oferecido atendimento com clínico geral e que ficam sem atendimento médico por até mais de dois meses. Além do mais, há uma dificuldade enorme em marcar consultas com a assistente de saúde.

O Sr. Anael da Costa relata o descaso com a população que vive no campo em relação à saúde. Ele expressa nitidamente as falhas na dimensão espacial proposta por Sachs (2000), que defende o equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos. Diante disso, o Sr. Anael afirma que:

a saúde é complicada, é mais difícil para nós da zona rural. Comenta-se tanto que a zona rural tem de ter tratamento diferenciado por causa das suas dificuldades, mas qual o tratamento diferenciado? Se você não der saúde, o homem do campo acaba tendo que ir embora para a cidade, aí, invés de ser mais um produtor, é mais um consumidor. E nós, eu particularmente tenho essa preocupação, porque eu sei que é difícil a gente tá na cidade com uma cultura do campo, e ter uma adaptação na zona urbana<sup>9</sup>.

Sendo assim, uma maneira de “superar esses desequilíbrios e corrigir as desigualdades inter-regionais seria buscar políticas públicas que trouxessem melhorias para as pequenas e as grandes localidades” (SACHS, 2000, p.86).

Todavia, houve algumas propostas para a saúde da população reassentada no PBA/23 e no TAC 003 (2003). Este último documento determinava a presença de agente de saúde nos reassentamentos, atendimento médico nos postos de saúde uma vez por mês, de dezembro de 2003 a janeiro de 2004, e a partir de fevereiro de 2004 não poderia ser em intervalos superiores a sessenta dias. Determinou também campanhas de vacinação a partir de dezembro de 2003 em toda a zona rural dos reassentados com cronogramas com até quinze dias de antecedência; ainda estabeleceu-se o atendimento relativo aos serviços de saúde bucal em todos os reassentamentos.

No entanto, as propostas foram limitadas, pois se restringiram somente à contratação de profissionais e à obrigação de atendimentos. Não foi possível vislumbrar preocupações, discussões, e muito menos perceber na visita aos reassentamentos, como também na história de vida dos reassentados, ações que envolvam serviços de saneamento, ações educativas sobre a importância de atitudes higiênicas e preventivas de doenças, e da disponibilidade de um abastecimento seguro de água, de alimentos e de nutrição adequada, que são, em grande parte, os potencializadores do desenvolvimento sustentável.

Além da saúde, a qualidade do solo é componente importante para que se viabilize de fato a sustentabilidade econômica da população rural. Aliado a isso é importante uma preparação técnica, pois a maioria dessas pessoas saiu de

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por COSTA, Anael da. **Entrevista 2**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (1:23min.).

ambientes, no caso de atingidos pela UHE, onde essas condições eram naturais, pois os solos às margens dos rios tendem a uma adubação natural realizada pelas vazantes do próprio rio.

Assim era com os reassentados do reassentamento Mariana e Olericultores. Eles saíram das margens do rio Tocantins, local pelo qual construíram uma relação de produção natural, pois dedicavam suas vidas a plantar e colher com o apoio do rio, que trazia para suas margens um adubo natural no período das cheias e quando baixava lhes davam a possibilidade de usar suas águas para irrigação.

Quando os atingidos foram reassentados, sofreram um choque cultural, pois muito do que sabiam tivera de ser readaptado em seu novo local de morada, contribuindo para a insustentabilidade cultural dos ribeirinhos e colocando em risco o que Caporal; e Costabeber (2002) chamaram de dimensão cultural e o que Sachs (2000) chamou de sustentabilidade cultural.

Isso ficou evidente nas falas dos impactados que passaram a viver em Olericultores e Mariana, conforme relato de Sr. Guilherme:

o bom quando morava na beira do rio é que o próprio rio trazia o adubo, então a diferença pra nós é que nós não gastava e ficava feliz nesse período lá, que nós plantávamos, colhíamos e tínhamos dinheiro no bolso. Então aqui, se eu planto bem em cima ali ó (mostra o local), se eu planto um canteiro, dois ou três de alface num local, inclusive depois de alguns dias de plantar e colher, em alguns meses você não pode plantar naquele local, porque a terra tá muito fraca, uma terra que não ajuda, sabe! Ai tem de corrigir a terra bem corrigida, colocar adubo, calcário, combater as pragas, aquela trabalhadeira toda, quando colhe, sai pagando, quando você vê, é pouco dinheiro no bolso, quem lucra, é quem vende os adubo e as coisas pra nós<sup>10</sup>.

Nesse sentido, para que a cultura dos reassentados fosse assegurada, o ideal seria que a empreendedora tivesse oferecido áreas similares a que eles viviam.

Outro meio de recompensar a perda dos antigos ribeirinhos em relação à qualidade do solo seria complementando a área, pois assim estariam também garantindo a sustentabilidade econômica dos produtores. O TAC 004-2003 foi criado, sobretudo para esse fim, para possibilitar este direito a todos os reassentamentos, estabelecendo que todas as famílias impactadas deveriam atingir 10,50 hectares exceto os reassentamentos Mariana e Olericultores que, segundo este documento, deveriam atingir 3,70 hectares, extensão menor que a prevista para o Módulo de Produção estabelecido no PBA/23 para olericultores que era de seis hectares, pois segundo os argumentos da empreendedora, esta área era suficiente para os olericultores produzirem e garantirem sua sobrevivência.

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por SOUZA, Guilherme Francisco de. **Entrevista 4**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (1:03min.).

Porém, os moradores do reassentamento Mariana que já tinham conhecimento sobre como criar uma associação, se organizaram politicamente e conseguiram também a complementação de área, ficando sem este benefício somente o reassentamento de Olericultores, em função da falta de esclarecimento sobre a relevância de se trabalhar em grupo e também pelo fato da excessiva carga de trabalho dos produtores, tendo em vista a garantia de suas sobrevivências. Essa questão fica evidente na fala do Sr. Severino:

olha, os outros reassentados brigaram e conseguiram mais um alqueire de terra, e a gente não, não fomos orientados a criar uma associação para lutar por isso. Além do mais, a gente não tinha tempo de ficar correndo atrás das coisas, a vida aqui é muito agitada, trabalhamos na produção de segunda a quarta e de quinta-feira em diante é colher para vender nas feiras, nesses dias dormimos tarde e acordamos cedo<sup>11</sup>.

Segundo a avaliação do Naturatins, o reassentamento de Olericultores não necessitou de ampliação de sua área, visto que o mesmo possuía área de seis hectares, superior aos 3,70 previstos no TAC 004-2003 e por isso entenderam que o empreendedor cumpriu com a determinação (NATURATINS, 2010).

Nesse sentido, os moradores do reassentamento Mariana, sobretudo de Olericultores que continuaram com uma parcela de terra menor que os demais reassentamentos, necessitaram buscar novos conhecimentos de como trabalhar melhor a terra para continuarem produzindo e por essa razão foram obrigados a buscar fontes de créditos para arcarem com a compra de insumos e pagarem maquinários para a preparação da terra. Dessa forma, os agricultores, para se manterem na atividade olerícola, mesmo em área pequena, se endividaram.

Dessa forma, fica claro que o problema da terra tem colocado em risco a sustentabilidade econômica nos reassentamentos e contrariado o princípio de sustentabilidade no campo. E isso só será resolvido se houver, de fato, uma reforma na política agrícola que viabilize mais terras para os pequenos produtores e que sejam de qualidade, para que possam produzir com segurança (SACHS, 2008).

Na análise sobre o abastecimento de água, percebe-se que tomou caminhos diferentes em relação ao reassentamento de Olericultores e Mariana.

Em Olericultores, os produtores enfrentam sérios problemas com a escassez, têm dificuldades em aumentar a produção, pois o Ribeirão dos Potes, a fonte hídrica dos reassentados, não oferece água suficiente o ano todo. Para os reassentados tem sido tarefa difícil, pois a água era um recurso natural que tinham em abundância o ano todo às margens do rio Tocantins. Logo, não estavam acostumados à carência desse bem.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida por SANTOS NETO, Severino Lopes dos. **Entrevista 3**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (46 min.).

A escassez de água tem gerado altos prejuízos aos produtores ao longo dos 10 anos de existência do reassentamento. Esse problema foi detectado logo que o reassentamento foi fundado. Segundo os produtores, a empresa responsável pelas negociações não realizou um estudo que estimasse o gasto deles com a água oferecida pelo córrego, trabalho que estava previsto no PBA-23 e era uma obrigação da empreendedora (THEMAG, 1998). Segundo relata Sr. Severino,

não foi feita a medição de quantos mililitros d'água a gente usaria e quantos mililitros o córrego oferecia, certo? Eles não viram, aproveitaram que aqui, no reassentamento, a gente não tem tempo de ir atrás para brigar em promotoria, acho que foi um dos reassentamentos que ficou mais jogado, foi esse, entendeu? No caso da água, todo ano, todo dia tem problemas, e eles têm conhecimento disso, eu tenho um documento guardado esclarecendo que no ano passado (2010) eu dei entrada, tentando resolver essa questão, mas nunca me responderam sobre isso, e estamos esperando, a gente evita mexer com justiça<sup>12</sup>.

Nesse sentido, a falta de água, no reassentamento, coloca em risco a sustentabilidade econômica e também a cultural. A primeira, porque dificulta o manejo eficiente da produção, gerando perdas e prejuízos, dificultando dessa forma a eficiência macrossocial e o uso dos ganhos econômicos em melhorias sociais; a segunda, porque as perdas geram queda de entusiasmo em levar adiante a prática da olericultura, fazendo com que muitos comecem a pensar em desistir dessa atividade e procurar outros meios de subsistência, como ficou evidenciado por alguns produtores.

Dessa forma, é evidente notável que a água não é suficiente para atender às necessidades econômicas dos reassentados e isso contraria os estudos sobre sustentabilidade de Sachs (2008), pois segundo este pesquisador ela não só deveria atender às necessidades econômicas, assim como ser tratada para o consumo. Deveria também haver uma preparação dos moradores com ações educativas sobre o uso correto desse bem, tendo em vista a prevenção de doença e a busca de um abastecimento seguro de água, pois políticas dessa natureza são, em grande parte, as potencializadoras do desenvolvimento sustentável.

O TAC 003 (2003) evidenciou o problema da falta de água nos reassentamentos, mas o Ministério Público analisou o problema de maneira generalizada, usando, como critério, famílias que vivem no campo e plantam uma pequena horta e criam alguns animais. Porém, esse grupo não utiliza a água com a intensidade que os olericultores utilizam, pois os olericultores dependem desse bem em proporções muito superiores a que seja suficiente para molhar de 1 a 3 hectares de hortaliças, podendo gastar até 100,000 litros d'água por dia.

O TAC 003 (2003) estabelecia que:

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por SANTOS NETO, Severino Lopes dos. **Entrevista 3**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (46 min.).



deveria reformar ou refazer as estruturas de abastecimentos de água para consumo humano e produção (horta e animal), quando constatada vazão inferior ao valor mínimo de 2.500 litros por dia e por família ou quando constatados problemas estruturais decorrentes da própria empresa ou de seus prepostos e contratados, atendendo ao preconizado no PBA/23.

Sendo assim, observa-se que o valor mínimo admitido de água pelo TAC não atende às necessidades dos agricultores do reassentamento de Olericultores.

Além do mais, o Naturatins, que é órgão fiscalizador, também foi omissor nesta questão que para os reassentados de Olericultores era crucial. Isso transparece no parecer técnico de fiscalização do TAC 003 (2003) que diz:

quanto às condutas referentes à água, em vistorias realizadas no ano de 2009, evidenciou-se que esse item foi objeto de reclamação por parte de alguns reassentados. Entretanto, em análise documental, verificou-se que as condutas ajustadas como responsabilidade da Investco (perfuração de poços individuais e coletivos, enquadramento das estruturas de abastecimento de água e monitoramento de vazão disponível) foram cumpridas satisfatoriamente (NATURATINS, 2010, p. 5).

Nem sempre os documentos dizem tudo, verdade essa comprovada com a insatisfação dos produtores do reassentamento de Olericultores que se sentem prejudicados com a falta de água, razão pela qual sua lucratividade é prejudicada.

Quanto ao reassentamento Mariana, o problema relacionado à água foi o excesso desse bem no período chuvoso.

No final do ano de 2001, época em que a plantação olerícula encontrava-se em fase de crescimento, a área de produção foi inundada, chegando a atingir mais de um metro de altura, destruindo a maioria da plantação ali existente. O Sr. Getúlio relembra desse momento em seu relato:

eu criei minha família baseada na produção olerícula, e a gente recebeu essa área em uma época difícil de seca, estava enxuto, uma área das melhores que pode existir no Tocantins e a gente implantou todo sistema de horta, canalização, canhões, bombas de irrigação enfim, tudo que necessitava para começar a produzir. Num dos lugares que considerávamos o melhor, escolhemos um cantinho lá, 1 hectare, tínhamos o privilégio de morar pertinho e quando já estávamos produzindo, numa noite no mês de novembro, choveu bastante, e de repente de manhã, quando eu levantei e abri a porta, eu vi minha horta toda coberta com água, uma inundação com mais de 1 metro de altura, com a experiência que tenho, eu e minha esposa, eu falei: olha... nosso sonho foi embora... não adianta, assim, imediato!... Temos que escolher outra opção para viver e a gente tinha vindo aqui, escolhemos essa área, olhamos várias e várias áreas e escolhi isso aqui para viver, então viemos pra morar e não quero ir embora, eu tenho que encontrar outro meio para sobreviver aqui, então comecei, a partir desse

dia, buscar um novo meio para sobreviver, isso foi 2001, novembro de 2001<sup>13</sup>.

Pelo fato de a área ser uma região de planície, nas proximidades da Serra do Carmo, ela é suscetível a alagamentos. Essa situação deixou os reassentados extremamente preocupados e representantes do reassentamento procuraram imediatamente a empreendedora, tendo em vista encontrar uma solução para o problema, pois os reassentados já estavam estabelecidos e optaram por não sair do reassentamento e sim encontrar uma solução.

Nesse período tiveram também o apoio de representantes do MAB e do Ministério Público. Após intensas negociações entre os reassentados, apoiados pelo Ministério Público e o MAB, a empreendedora fechou um acordo com os olericultores, comprometendo-se a fornecer um valor em dinheiro pela frustração de produtividade. Faria um levantamento do valor da renda mensal de quando eles produziam na região onde viviam às margens do rio Tocantins e pagaria esse valor durante seis meses e que, durante esse período, resolveria o problema no reassentamento, por meio de drenagem. Infelizmente o problema persistiu e novos acordos financeiros foram feitos e os olericultores desistiram da olericultura, ocorrendo dessa forma a insustentabilidade econômica nesse segmento, o que levou os produtores a buscarem novas alternativas.

Toda essa problemática contribuiu para que em junho de 2002 os reassentados criassem a Associação Rural de Olericultores do Mariana, que teve como primeiro presidente o Sr. João Paulo Lopes Rodrigues; o segundo presidente o Sr. Anael da Costa, eleito em 2004; e em seguida o Sr. Getúlio Vieira dos Santos que ocupou o cargo em 2006 e foi reeleito em 2008, permanecendo no cargo até 2010. Nesse mesmo ano foi eleito novamente o Sr. Anael da Costa que permanece no cargo até os dias atuais<sup>14</sup>.

Durante os anos de 2003 e 2004, os trabalhos da Associação dos Olericultores do reassentamento Mariana se tornaram mais intensos, passaram a negociar constantemente com a empreendedora em busca de novas alternativas de vida. Por essas razões, os responsáveis pelas negociações com os moradores passaram a oferecer vários treinamentos de produções alternativas e a incentivar projetos em várias áreas.

Nesse sentido, houve o fortalecimento da sustentabilidade política que valoriza a organização da sociedade local e a participação popular, sobretudo nas decisões econômicas, sociais e culturais que possam promover a sustentabilidade onde vivem. Logo, o êxito da sustentabilidade rural dependerá em ampla medida do apoio e da participação das populações rurais, dos governos nacionais, do setor

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Getúlio Vieira dos. **Entrevista 1**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (2:03min.).

<sup>14</sup> Informações cedidas pelo atual presidente da Associação, o Sr. Anael da Costa no dia 30-04-2012.

privado e da cooperação internacional, inclusive da cooperação técnica e científica (SACHS, 2000).

Os moradores almejavam avançar na busca de benefícios, a associação discutia e havia a intenção de adquirir mais fontes econômicas, meios que possibilitassem maior renda, que não fosse apenas individual, mas de maior abrangência. Diante das reivindicações, a empreendedora possibilitou a alguns reassentados viajarem em busca de conhecimentos que pudessem ser aplicados no reassentamento Mariana, conforme relata o Sr. Getúlio:

a empreendedora na época descobriu que a comunidade tinha alguma aptidão, tinha o perfil de preservar, de fazer coisa diferente, então ela nos deu a oportunidade de buscar. Financiou viagens para mim e outras pessoas do reassentamento pelo Brasil, promoveu viagens de intercâmbio, dando oportunidades de nós conhecermos outros caminhos, outras alternativas e nisso nós adquirimos o conhecimento de sobreviver do que a natureza oferecia, sem que a gente a ofendêssemos, eu e outras famílias que moramos aqui, passamos a viver da acerola, do pequi, do jatobá, da manga, do cupuaçu, do açaí e muitas outras frutas naturalmente com as planas aí no meio do pasto, olha que maravilha, daí transformamos estes frutos em polpas<sup>15</sup>.

Dessa forma, o reassentamento Mariana avançou em sua sustentabilidade política que está relacionada à capacidade do grupo local de se organizar para buscar melhorias sociais e dessa forma buscar a sustentabilidade social que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, a minimização das desigualdades e meios de inclusão social com políticas distributivas e de universalização de atendimento que sejam voltadas para questões como saúde, educação, habitação, seguridade social, sobretudo melhorias nos meios econômicos.

Com as negociações entrelaçadas às ações políticas, o grupo conseguiu buscar novas experiências e passaram a explorar a natureza de maneira sustentável, retirando os frutos sem agredir as plantas, preservando as árvores e plantando outras, tudo naturalmente, muito parecido com que o rio Tocantins lhes proporcionava quando praticavam a olericultura às suas margens.

Nesse período, por volta de 2004, pesquisadores da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) faziam um estudo de preservação ambiental nas sub-Bacias São João. O projeto identificou-se com o novo rumo que os produtores do reassentamento Mariana estavam trilhando em sua economia, pois a partir da prática de colher frutos naturais da região como o pequi, o caju e plantar outros que não eram produzidos, como o açaí, o cupuaçu, a acerola, e outros, tudo de forma bem natural sem interferir no ecossistema e vender essa colheita nas feiras livres de Palmas, chamou a atenção dos pesquisadores que, junto ao projeto da

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Getúlio Vieira dos. **Entrevista 1**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (2:03min.).

Sub-Bacia do São João, incentivaram os agricultores a criarem uma agroindústria de polpa de frutas e, ao invés de desmatar as margens dos córregos, os produtores passaram a plantar novas mudas a cada ano, no intuito de produzir novos frutos.

Nessa aliança, entre homem do campo e pesquisadores, conseguiram recursos junto à Petrobras nos Projetos dos Programas Petrobras Ambiental e Fome Zero em 2006, desenvolvidos pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Com esse projeto os produtores ganharam muito em infraestrutura produtiva em capacitações, além de novas possibilidades de renda. Para tanto, o Projeto Petrobras Fome Zero financiou a construção de uma unidade de processamento de mel (Casa do Mel), uma unidade de processamento de frutas, a ampliação da estrutura do viveiro de mudas, além de implantar um aviário para corte e postura na comunidade (HOFFMANN, 2008).

Embora tenha ocorrido a insustentabilidade econômica quanto à olericultura, os reassentados a partir daí fortaleceram sua dimensão política e foram capazes de buscar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o grupo, baseado na agroindústria, tudo isso por meio da parceria e da colaboração efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário.

Percebe-se que sustentabilidade econômica do reassentamento Mariana emanou da possibilidade que o grupo teve de se organizar politicamente, na habilidade dos moradores em criarem uma associação que os representasse e que fosse capaz de buscar aliança com instituições comprometidas com as suas causas e que lutassem também pelos seus interesses junto à empreendedora responsável em negociar com os reassentados. O mesmo não ocorreu em Olericultores, pois o excesso de trabalho dos produtores os impossibilitou de organizarem-se politicamente e também faltou empenho no cumprimento do PBA/23 que estabelecia um programa de capacitação no que se refere à organização política, econômica e social e do Termo Aditivo do TAC 001-2003 que garantia a representatividade das famílias reassentadas por meio de associações.

Sendo assim, vale ressaltar que é de suma importância dar oportunidade e desenvolver a conscientização das pessoas para que exerçam seus direitos e colaborem com a formulação das políticas locais, por meio da sua efetiva participação em espaços de discussões e votações como exercício de sua cidadania. Como destaca Novaes (2002), a esfera local ocupa um espaço privilegiado da sustentabilidade ampliada<sup>16</sup>, por meio da valorização do espaço cotidiano e de formas democráticas e descentralizadas da gestão pública. Além do mais, é preciso perceber que o contexto contemporâneo propicia a emergência de tais propostas e estratégias, e exige “novas sustentabilidades”, que inovem e tratem de temas como a democracia participativa, a descentralização, a questão de equidade e eficiência, a cidadania, a autonomia e o pertencimento.

---

<sup>16</sup> Novaes explica (2002, p. 1): “As *Agendas 21 locais*, assim como outras práticas que se apresentam como voltadas à construção da sustentabilidade local estão, no nosso entendimento, referenciadas a duas dinâmicas centrais: a incorporação e ampliação da ideia de sustentabilidade, dada a inclusão de novas dimensões (econômica, política, social, institucional, cultural, ética etc.); e a (re)-emergência da esfera local, no contexto da modernidade. Neste cenário, o local é percebido, por muitos, como o espaço predileto e singular à realização da sustentabilidade, constituindo-se assim a base para a formulação da ideia de “sustentabilidade local”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, os estudos evidenciaram que UHE Luís Eduardo Magalhães causou impactos no que se refere aos aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais das às populações ribeirinhas atingidas por essa obra.

Este estudo demonstrou que as soluções desenvolvidas não têm sido capazes de equacionar adequadamente os impactos socioambientais decorrentes das grandes barragens, gerando mais insustentabilidade e menos sustentabilidade aos atingidos, questão que contribui para a exclusão social e econômica de famílias diretamente atingidas, sobretudo de pequenos proprietários, trabalhadores, comodatários e ocupantes, através de sua remoção compulsória de terras inundadas, sem mecanismos de reposição que possibilitem a sua inserção no novo cenário, em condições satisfatórias de adaptação à nova realidade.

Constatou-se também que as definições de sustentabilidade previstas na documentação oficial são muito limitadas, e que, mesmo assim, ainda não foram concretizadas na prática como previa a teoria. Observou-se também a insustentabilidade no que tange à saúde, à educação e abastecimento ao de água em ambos os reassentamentos. Quanto à questão econômica, a olericultura não se sustentou no reassentamento Mariana e tiveram que buscar novas alternativas, já no reassentamento de Olericultores essa atividade ainda continua sendo a base, embora haja dificuldades em função da escassez de água entre os meses de junho a setembro. Em se tratando da organização política, constataram-se grandes deficiências no reassentamento Olericultores e bons avanços no reassentamento Mariana.

Dessa forma, este estudo evidenciou que, para assegurar a sustentabilidade das populações reassentadas atingidas por construções de UHE, são essenciais algumas medidas como o oferecimento de terras de qualidade, preparação política do grupo, melhorias na área de saúde, garantia de um abastecimento seguro de água e estabilidade econômica, uma vez que o alcance desses benefícios é crucial para a sustentabilidade no meio rural.

## PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Anael da Costa, 58 anos, agricultor, morador do reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO.

Getúlio Vieira dos Santos, 61 anos, agricultor, morador do reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO.

Guilherme Francisco de Souza, 42 anos, olericultor, morador do reassentamento Olericultores no município de Porto Nacional/TO.

Severino Lopes dos Santos Neto, 49 anos, olericultor, morador do reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, b2005.

AHRENS, Sérgio. O “novo” Código Florestal Brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. **Trabalho Voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro, 25 a 28-08-2003**, São Paulo, SP. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília: Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/florestal/download/SAhrensCodigoFlorestal.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS (CEULP). **Avaliações e Monitoramento dos Remanejados Populacionais**: Relatório Final. Palmas, 2001-2007.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1, 2002, Santa Maria-RS. **Anais...** Santa Maria – RS: UFM, 2002.

COSTA, Anael da. **Entrevista 2**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (1:23min.).

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2.ed. Brasília-DF: Instituto de Política, 1998.

HOFFMANN, Andrea Ferreira. **Qualidade das condições para viver e qualidade de vida**: da objetividade da visão à subjetividade da percepção. 2008. 65p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS. **Parecer Técnico nº 04/2010**. Palmas: Naturantins, 2010.

MENESTRINO, Eunice Helena Gomes. **Povos tradicionais**: do lugar ao não lugar. 2010. 85p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

NOVAES, Ricardo. Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, 6 a 9 nov., Indaiatuba (SP), 2002. **Anais**. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/sustentabilidade\\_cidades/Ricardo%20Carneiro%20Novaes.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ricardo%20Carneiro%20Novaes.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

PARENTE, Temis Gomes. Impactos da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães: narrativas e memórias. In. PARENTE, Temis Gomes;

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Linguagens Plurais**: cultura e meio ambiente. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento sustentável e turismo**: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.

SANTOS, Getúlio Vieira dos. **Entrevista 1**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Mariana, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (2:03min.).

SANTOS NETO, Severino Lopes dos. **Entrevista 3**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (46 min.).

SEN, Amartia. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JUNIOR, José Maria. **Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães-Tocantins**: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade sócioambiental. 2005, 141p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), UFT, Palmas, 2005. SOUZA, Guilherme Francisco de. **Entrevista 4**, [Nov. 2011]. Entrevistador: Marcelo Lopes Justino. Reassentamento Olericultores, município de Porto Nacional/TO, 2011. 1 arquivo – mp3 (1:03min.).

TERMOS de Ajustamentos de Condutas: UHE Luiz Eduardo Magalhães. Palmas: Ministério Público do Estado do Tocantins, 2003 – 2004.

THEMAG, ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. **Usina Hidrelétrica de Lajeado**: Estudo de Impacto Ambiental – EIA / Diagnóstico Ambiental - Sócio Econômico [ s. 1. ], v. 2, tomo c, 1998.

Submetido em 23/09/2012.

Aprovado em 28/03/2013.

**Sobre os autores:**

**Marcelo Lopes Justino**

Mestre em Desenvolvimento Regional – UFT. Docente do Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivos – IEPO e da Faculdade de Palmas – FAPAL. Analista de Acervo Histórico da Fundação Cultura de Palmas – Município de Palmas/TO.

Endereço: ACSU-SE 40 CONJ 02 LOTES 7/8, Centro. CEP: 77000-000 - Palmas, TO - Brasil.

E-mail: [mlopes\\_74@hotmail.com](mailto:mlopes_74@hotmail.com)

**Temis Gomes Parente**

Doutora em História, professora do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins.

Endereço: Jardins dos Ipês. CEP: 77500-000 - Porto Nacional, TO - Brasil - Caixa-postal: 135.

E-mail: [temis.parente@uol.com.br](mailto:temis.parente@uol.com.br)